

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

(Território, Poder e Conflito).

Apresentação Comunicação Oral

Projeto e colaboração no espaço público como estratégia de territorialização: uma hipótese em construção

Giovana Sekiama Abelha¹
Thamine de Almeida Ayoub Ayoub²
Maria Eduarda Garcia³

Resumo: Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a territorialização e sociabilidade para a construção do território no Conjunto Vista Bela, Londrina-PR. Através do método colaborativo de planejamento, o trabalho visa promover a construção efetiva de um território que seja reconhecido pelos moradores como pertencente a eles e que desenvolva o senso de comunidade entre as pessoas do bairro.

Palavras-chave: Territorialidade; sociabilidade; Vista Bela; poder popular.

Abstract: This article aims to discuss the territorialization and sociability for the construction of the territory in Set Vista Bela, Londrina-PR. Through the collaborative method of planning, the work aims to promote the effective construction of a territory that is recognized by the residents as belonging to them and that develops the sense of community among the people of the neighborhood.

Keywords: Territoriality; sociability; Vista Bela; popular power.

1. Giovana Sekiama Abelha, graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual de Londrina-UEL. Email: abelha@giovana.com

2. Thamine de Almeida Ayoub Ayoub, mestre em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual de Londrina-UEL. Email: thamine.ayoub@hotmail.com

3. Maria Eduarda Garcia, graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina-UEL. Email: du.londrina@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte dos estudos do projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina “Juventude e Violência: da violação à garantia de direitos” do Departamento de Serviço Social. O projeto trabalha, por meio de atividades de extensão com os moradores do Residencial Vista Bela, conjunto habitacional destinado à população de baixa renda, no sentido de fomentar suas vivências culturais e aproximá-los de uma realidade habitacional cada vez melhor. Para tanto, entendeu-se necessário primeiramente delinear alguns conceitos que têm aparecido com frequência nas discussões decorrentes das ações realizadas no projeto. Ao situar e sistematizar diferentes conceituações de território, que se complementam, abre-se um campo de entendimento de que o processo de territorialização pode se constituir, dentre outras formas, a partir da construção participativa de um espaço público no bairro.

Utilizamos dos conceitos de território neste trabalho para fazer uma leitura do bairro, compreender as causas e as formas de segregação observadas no interior do Vista Bela e, no que tange o escopo deste artigo, pensar as ações de extensão capazes de fortalecer os vínculos com o lugar. É nesse sentido que os conceitos de “territorialidade”, “territorialização” e “sociabilidade” emergem como questões-chave para discutir os tipos de vínculos que se constroem com o local, entre os moradores e como se dá essa construção. A partir desse entendimento é possível planejar ações de extensão direcionadas para o Residencial Vista Bela.

3. O VISTA BELA

O que chamamos popularmente de Vista Bela, corresponde a dez conjuntos habitacionais implantados no bairro Perobinha, Zona Norte de Londrina-PR. Os conjuntos,



compostos pelo Residencial Vista Bela I até o Residencial Vista bela X, foram projetados com recursos do programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Na conjuntura socioeconômica do Brasil, as habitações de interesse social vêm sendo caracterizadas pela baixa qualidade espacial, por priorizar a quantidade de unidades residenciais produzidas em detrimento de sua qualidade. Neste âmbito, as habitações são padronizadas, implantadas longe do centro, em áreas com carência de infraestrutura, sem a devida valorização dos espaços de uso público (AYOUB, 2014). O Vista Bela reforça esse padrão que se repete em âmbito nacional.

O bairro está distante 6,5 Km a noroeste do centro da cidade, e apresenta um traçado urbano caracterizado por quadras retangulares longas, de aproximadamente 250m x 50m, e também comporta algumas quadras irregulares. Os terrenos de meio de quadra possuem frente de 5m e fundo de 25, com uma área de 125m², o mínimo exigido pela lei de parcelamento do solo. Nesses lotes as casas são construídas geminadas com recuo lateral em apenas um dos lados. Os terrenos de esquina têm uma metragem quadrada maior que varia em torno de 330m². Esses terrenos abrigam casas adaptadas e são destinados a moradores idosos e portadores de necessidades especiais.

O Vista Bela chega a atender cerca de 12 mil pessoas. Muitas famílias foram realocadas nesses conjuntos devido a demandas urgentes de habitação, como casos de falta de acesso à água tratada e encanada, energia elétrica, tratamento de esgoto, dentre outras precariedades. Além de estarem enquadrados no recorte de zero a três salários mínimos, outro fator em comum entre eles é que todos vieram de diversos lugares da cidade, distantes do Vista Bela.

É possível correlacionar as vulnerabilidades observadas nas habitações e condições de vida das famílias atendidas pelo PMCMV, que viviam em lugares como fundos de vale ou construções precárias e irregulares, por estarem fora das relações comerciais de habitação, com as vulnerabilidades do quadro da habitação no Brasil estudadas e relatadas por Boulos (2014).

Os conjuntos do PMCMV no bairro Perobinha, o “Vista Bela”, são compostos tanto por casas como por apartamentos, sendo que os blocos de apartamentos são cercados com barreiras físicas, como alambrados. Os conjuntos de casas não são cercados como um condomínio, mas elas estão agrupadas uma ao lado da outra. O padrão estético das habitações, tanto unifamiliares quanto coletivas, se repete de forma com que o bairro se caracterize pela homogeneidade arquitetônica. Ademais, com exceção das casas de



esquina, todas as outras são geminadas e isto gera nos moradores uma sensação de que eles não possuem uma casa, mas meia¹. A forma da casa gera desconforto térmico e acústico, a privacidade das famílias fica fragilizada e elas não percebem o espaço como pertencente a elas.

Outro padrão que se repete além das questões sociais e arquitetônicas consiste na monofuncionalidade residencial (VICENTIM 2015). O Vista Bela possui quase 3.000 unidades, entre habitação unifamiliar e coletiva, restando poucos lotes não consolidados para o desenvolvimento de outros setores. Segundo Vicentim (2015), a fim de tentar suprir a demanda local de serviços e complementar a renda, as famílias anexaram áreas comerciais em suas residências espalhadas por todo o Vista Bela. Porém, alguns estabelecimentos do setor terciário ainda eram inviáveis devido ao tamanho do lote e, percebendo que a demanda dos moradores ainda era alta, empreendedores investiram no bairro adjacente, Parigot de Souza. Outros estabelecimentos foram construídos próximo ao Vista Bela, dentre eles dois mercados. Este crescimento do setor terciário chegou a alcançar 300% nos três primeiros anos desde que as casas foram entregues, segundo a pesquisa realizada por Vicentim (2015).

Todavia, por mais que os estabelecimentos comerciais atendam aos moradores do bairro na medida do possível, em termos de espaços culturais o Parigot de Souza é tão alienado quanto o Vista Bela. Segundo levantamentos realizados a partir do Sistema de Informação Geográfica de Londrina-SIGLON (2019), não há nenhuma vila, equipamento ou patrimônio cultural em ambos os bairros. De qualquer forma, o Parigot de Souza se torna a rota mais viável dos moradores do Vista Bela para ir ao centro de Londrina, já que seu lado noroeste está no limite da área urbana e, ao Sul, o fundo de vale do Ribeirão Lindóia forma uma barreira natural, isolando o bairro.

Ao realizar atividades em 2018 no território do Vista Bela a equipe do Projeto de extensão Juventude pelo Bairro pode observar a segregação interna que ocorre entre os moradores dos Condomínios compostos por prédios e os moradores das casas, a partir de relatos dos adolescentes que participavam das oficinas promovidas pelo Projeto, surgiu à demanda em ter uma compreensão acerca da temática territorial enquanto área de pesquisa. A partir da hipótese construída nas discussões do Projeto de que a segregação interna seja reflexo das origens distintas das famílias dentro do município de Londrina que

¹ Informação coletada em Avaliação Pós-Ocupação realizada pelo Programa Associado de Pós-graduação em Metodologia de Projeto UEL-UEM.



foram realocadas no Vista Bela, a diferença entre as casas e apartamentos tem colaborado com essa segregação, mesmo que a renda entre ambas as famílias atendidas apresente sutil diferença, ocorre entre os moradores posturas segregacionistas na perspectiva da integração entre moradores e o território comum a todos.

2. TERRITORIALIZAÇÃO

Território e territorialização são conceitos que aparecem de forma articulada na abordagem de vários autores (EDNEY, 1972; ALTMAN E ZUBE, 1989; LYMAN E SCOTT, 1967; GIFFORD, 2013). O território não tem uma simples e única definição, elas são complexas e expostas de diferentes formas.

Altman e Zube (1989) desenvolveram uma percepção classificatória sobre território que varia de acordo com o grau de intimidade, de relações e de acessibilidade. Os territórios primários são espaços pertencentes a um indivíduo ou a grupos primários, controlados basicamente por eles e recorrentes em seus cotidianos, como o quarto na casa. O território primário geralmente tem uma alta importância psicológica para o(s) sujeito(s).

Os territórios secundários definidos por Altman e Zube (1989) são, para o(s) sujeito(s), menos importantes do que os primários. São exemplos de tais territórios um restaurante favorito, uma cadeira específica da mesa de jantar, um *locker* na academia. São territórios cujo controle é menos essencial e cujo compartilhamento com outras pessoas é aceitável.

Em sequência, os autores classificam os territórios públicos como áreas abertas a qualquer cidadão em ordem com a comunidade. São as praias, calçadas, lojas, ônibus, entre outros. Ocasionalmente, devido à discriminação com determinadas pessoas, alguns territórios públicos acabam se fechando a tais indivíduos. Em contraste com os territórios primários, que geralmente são fechados à intimidade do(s) indivíduo(s) e onde “estranhos” não são facilmente aceitos, os territórios públicos são abertos a todos com exceção daqueles especificamente excluídos. Mas, dependendo da inserção urbana, alguns espaços públicos podem assumir caráter de território primário (AYOUB, 2014)

Ainda há mais duas situações em que Altman e Zube (1989) classificam como territórios: objetos, que são territorializados através de marcas, personalização e controle,



como bonés, casacos, bicicletas e canetas; e ideias, que também são territorializadas através do patenteamento, através de regras repreensivas que criamos contra ao plágio.

Para Gifford (2013), a territorialização está ligada a um padrão comportamental individual ou coletivo baseado na percepção, tentativa ou o controle real de um espaço físico, um objeto ou ideia que pode envolver todas ou algumas das seguintes questões: ocupação habitual, defesa, personalização ou marcação. E, com marcação, Gifford (2013) quer dizer dispor algum objeto ou material em um espaço para indicar a intenção territorial do sujeito. A personalização seria o uso da marcação de maneira a evidenciar a identidade do sujeito.

Já Edney (1972) assimila o território como resultado de mais alguns fatores, como o espaço físico, defesa, exclusividade de uso, posse, marca, identidade e personalização. A maioria das definições na psicologia ambiental sobre a territorialização associam o comportamento e a cognição à um espaço físico, mas o território pode contemplar tanto o espaço físico (como um quarto, uma cidade ou uma nação) quanto ideias patenteadas ou objetos de uso pessoal (GIFFORD, 2013).

Lyman e Scott (1967) também classificaram a territorialização. Primeiramente, observam o comportamento em territórios interativos, que são temporariamente controlados por algum indivíduo ou grupo, como a sala de aula, o jogo de futebol em um parque, uma área em que a família faz piquenique, etc. São pequenas as evidências que marcam tais territórios, mas, mesmo assim, adentrar ou interferir na atividade realizada ali é, no mínimo, constrangedor.

Gehl (2011) também trata do território em termos de espacialidade. Segundo ele, os espaços públicos vão gradativamente se aproximando dos espaços privados conforme a apropriação dos moradores e isso se evidencia principalmente nas áreas residenciais. Ou seja, conforme o sentimento de pertencimento se afirma entre morador e território público, mais o espaço se parece com uma continuidade do território privado. O caráter que o território assume, nesse sentido, também influencia no firmamento dos laços interpessoais locais. Mais do que individuais moradores, as pessoas passam a se enxergar como coletivo, como vizinhança.

No Vista Bela não observamos traços pertinentes que caracterizariam uma territorialização. O território não é reconhecido a nível primário e nem a nível público, desenvolvendo uma atmosfera de descaso. Não há personalização suficiente para fazer com que o espaço público tenha identidade e isso acaba gerando um fenômeno de desocupação, as pessoas já não se apropriam do espaço público como poderiam e, por isso, acabam tendo seu espaço de socialização reduzido.



3. SOCIABILIDADE

Como vimos no capítulo anterior, através dos pensamentos de vários autores, a relação ponderada entre territorialidade e o espaço público, podemos agora ponderar a importância da sociabilidade. O território público é espaço de interação entre as pessoas, da socialização entre os moradores do Vista Bela, neste caso. A sociabilidade pode ser potencializada através de boas diretrizes de projeto urbanístico, segundo Jacobs (1961) ela é associada a outros fatores positivos da boa convivência na cidade, e que têm influência mútua: segurança e diversidade de usos.

Jacobs (1961), após longas observações constatadas em grandes cidades, conclui que para haver segurança nas ruas é necessário que haja moradores e trabalhadores locais com possibilidade de visão dos seus estabelecimentos até a rua, e que haja interesse em olhar. Para que o interesse em olhar se concretize, deve haver pessoas transitando e permanecendo nas calçadas – que também terão sua visão ativa para os acontecimentos da rua – mas estas só o farão se houverem motivo. Isto é, deve haver diversidade de usos para que haja vitalidade nas calçadas em diferentes horas do dia, pois os compromissos diários das pessoas são diferentes.

Quando algum indivíduo mal-intencionado passa por uma rua onde há vitalidade, automaticamente se sente inibido por tantas pessoas com campo de visão direto ou indireto até ele. Pode-se fazer uma alusão ao dispositivo panóptico de Foucault (1987), com a diferença de que, ao invés de um vigilante, são vários.

No entanto, não basta que haja diversidade de usos para gerar movimentação na calçada e conseqüentemente o interesse em olhar, em vigiar. É necessário que se crie uma rede de relacionamentos de confiança entre os moradores ou trabalhadores vizinhos, de modo que se conheçam o suficiente para identificar quem são os “estranhos”, aqueles que não estão dentro do círculo de convívio diário em determinada rua, por exemplo (JACOBS, 1961).

Ainda, conforme as exemplificações de Jacobs (1961), sobre lugares muito padronizados como alguns bairros exclusivamente residenciais, onde não há diversidade de usos ou pessoas, é necessário criar chamarizes para atrair mais indivíduos – os estranhos – para ocupar as ruas, calçadas e praças alcançando, assim, um grau mais elevado de segurança.



“Quase ninguém vai espontaneamente de um lugar sem atrativos para outro, idêntico, mesmo que o esforço físico seja pequeno.

As diferenças, não as cópias, propiciam a interação de usos e, assim, a identificação das pessoas com uma área maior que a da malha de ruas vizinhas.”

(JACOBS, 1961, p.142)

Dessa forma conclui-se que é imprescindível que haja a socialização entre os moradores e trabalhadores locais a fim de fomentar um território de vivências positivas. Sem ela, até a máxima potencialização da diversidade de usos e da segurança ficam reduzidas. Além do mais, se for estabelecida a conexão entre pessoa e espaço físico, mas a expansão de tal vínculo para com outras pessoas é impossibilitada, o território também não atinge seu potencial.

A proposta de extensão visa levar em conta os estudos da sociabilidade justamente porque sugere a construção de um território no Vista Bela de maneira coletiva. Entendemos que o aspecto de coletividade desse território, o desenvolvimento de uma territorialidade no bairro não acontecerá espontaneamente se não houver uma intensificação da sociabilização entre os moradores.

4. TERRITORIALIZANDO O VISTA BELA

A concepção de uma praça de modo colaborativo, como propomos neste trabalho, poderia incitar a socialização entre os moradores. Um mutirão local faz as pessoas “colocarem a mão na massa”, e cada pedacinho de praça elaborado por essas mãos estimula um sentimento de pertencimento. A territorialização concebida pelos moradores através do processo de marcação e personalização, como exemplificado por Gifford (2013), pode ser a chave para desencadear o protagonismo dos moradores em atividades que compõem a construção territorial e humana.

Uma questão de grande importância para este trabalho é evidenciar que em áreas residenciais, as praças – espaços livres de uso público – são os locais onde se constroem e fortalecem as relações sociais, o senso de comunidade e de vizinhança. Porém, é o projeto desses espaços públicos que favorece ou não as interações socioespaciais (BARNETT, 2003; CARMONA, TIESDELL et al., 2010). As praças do Vista Bela estão nas extremidades e, portanto, prejudicam a apropriação pelos moradores. De acordo com Jacobs (1961), a falta de pessoas circulando pelo espaço agrava, conseqüentemente, o sentimento de insegurança.



Encontrando tais dificuldades para o fortalecimento da relação entre as pessoas e entre elas e os espaços do Vista Bela, procuramos encontrar elementos no bairro para a fomentação da sociabilidade e posterior consolidação do território. Nesta situação levaremos em conta que as praças podem induzir um processo de estruturação da comunidade, então propõe-se “desvendar o processo de projeto mais adequado para que esses espaços deem suporte para a construção das redes sociais e cumpram adequadamente com suas funções no contexto dos conjuntos habitacionais” (AYOUB, 2015).

Consideramos propor um projeto de extensão em conjunto com os moradores do Vista Bela para desenvolver a sociabilidade entre os moradores através de um planejamento colaborativo. A partir do planejamento pretende-se, então, estruturar graus de territorialização do espaço público que se aproximem mais do território privado – primário – como explica Gehl (2011). Parte da proposta consiste em fomentar a territorialização de um espaço público, atribuindo um significado a ele e conseqüentemente gerando um sentimento de conexão com o lugar, conforme explica Relph (1970). Mais adiante também veremos como os elementos marcação e personalização mencionados por Gifford (2013) e Edney (1972) podem influenciar positivamente num território público, coletivo.

Com toda a sua extensão formada por pequenas residências geminadas e prédios idênticos e, portanto, com um grande adensamento, os espaços livres de uso público acabam tendo ainda mais importância para a territorialização do Vista Bela, como já explicitado. Considerando que não há espaço público livre consolidado no bairro, mas que existem terrenos destinados a essa função em meio às residências (FIGURA 1), julgamos que estes são pontos potenciais de formação do território.

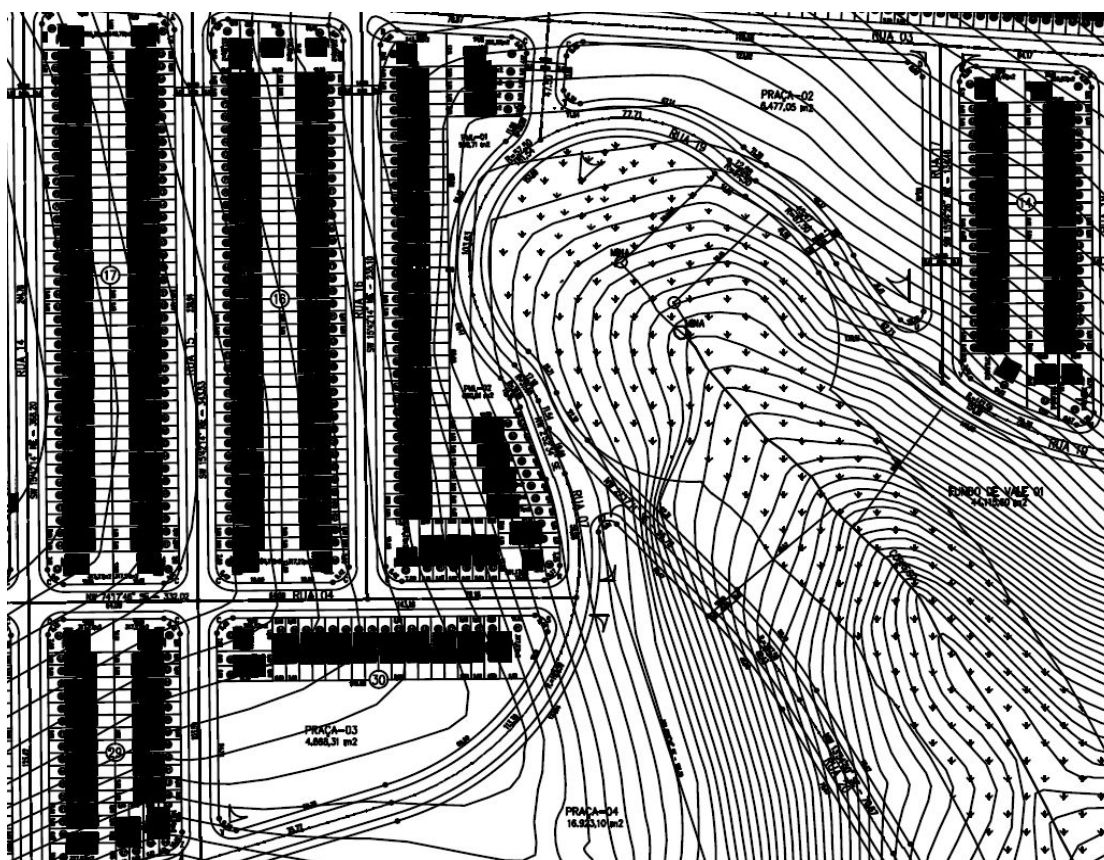
Figura 1. Loteamento do Vista Bela com a implantação das unidades e as praças destacadas em amarelo.



Fonte: Terra Nova Engenharia LTDA, 2009. Modificada pela autora

Os terrenos viáveis a serem definidos para fomentar a diversidade e sociabilidade no Vista Bela estão classificados como praça 02 e praça 03 (FIGURA 2). Ambos estão nas extremidades da área consolidada do bairro, porém são terrenos livres de edificação e de uso público. Neste trabalho a aproximação com a realidade local é de suma importância, então, por mais que o ideal fosse implantar a praça na centralidade dos residenciais Vista Bela, também não caberia realocar as pessoas que estão atualmente no centro da região para alguma outra extremidade não consolidada. A construção da praça se inviabilizaria.

Figura 2. Loteamento do Vista Bela com a implantação das unidades



Fonte: Terra Nova Engenharia LTDA, 2009.

Depois de consultar alguns gestores públicos de Londrina, verificou-se a recente implantação de uma quadra de grama sintética na praça 02, ocupando boa parte do terreno. O responsável pela instauração da quadra foi a Fundação de Esporte de Londrina (FEL), que também tem a intenção de instalar, do lado da quadra, uma academia ao ar livre. Portanto o terreno mais adequado para a extensão que propomos seria da praça 03.

A concepção participativa da praça também pode ser entendida como fator elementar de fomento da humanização – tendo em vista que elementares são, na verdade, os moradores participantes da construção da praça – através do conceito apresentado por Freire (1968). Ele explica a (des)humanização ao estabelecer um elo entre os oprimidos e os opressores, através de relações exploratórias: na medida em que o indivíduo é explorado e ou alienado, ocorre o processo de desumanização. Na situação em que a população do Vista Bela se encontra, a alienação se apresenta através de diversas formas como o desconhecimento de políticas públicas e a marginalização territorial dos conjuntos em relação a cidade. Mas pode ser através da proposta colaborativa da fomentação da



sociabilidade – onde também vai ocorrer a formação do território – que comece o processo de desalienação.

É nos espaços públicos que ocorrem os encontros, as manifestações e as articulações populares. Através de um território público consolidado, pensado e construído pelos moradores, é que a população do Vista Bela pode vivenciar a troca de informação e, gradualmente, vivenciar a humanização que organizações populares promovem aos indivíduos. Segundo Freire (p. 29, 1986) “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Este pensamento manifesta a necessidade da humanização nas relações socioespaciais, humanização esta que se faz presente na construção coletiva do território como espaço físico e como campo de surgimento de ideias e iniciativas locais.

A iniciativa de promover a territorialização tem ainda mais poder se for encorajada através de figuras públicas locais que se destacam, por exemplo, dentro da Associação de Moradores. Uma iniciativa tomada por figuras públicas que se sobressaem em escala local, contribui nas atividades que tencionam o poder público para atender e garantir direitos violados naquele território (JACOBS, 1961). Através dessas iniciativas, as relações interpessoais no bairro podem ser mais articuladas e as relações interpessoais que conectam os moradores do Vista Bela com o Poder Público da cidade são mais produtivas.

5. CONCLUSÃO

A partir dos conceitos apresentados neste artigo sobre sociabilidade, territorialização e suas especificidades, foi possível associá-los com a realidade vivenciada no Conjunto Residencial Vista Bela. A partir de teorias estudadas foi possível constatar as vulnerabilidades no que se refere às funções do Estado através de políticas públicas e na fiscalização da implementação deste programa habitacional de interesse econômico.

Ao inferir que o uso dos espaços públicos têm papel fundamental na humanização de seus moradores – por propiciar encontros e articulações capazes de tensionar os órgãos públicos, identificando quais são os direitos violados naquele contexto social – o processo de construção colaborativa de uma praça no Vista Bela tem papel relevante na



busca pela garantia de direitos. Uma vez constatada a relação entre desumanização e alienação (FOUCAULT, 1987), que ocorre ao não garantir acesso à informação acerca dos direitos previstos em legislações, entre outras insuficiências que afetam diariamente a população periférica, a demanda pela humanização do Vista Bela se faz presente.

Oferecer alternativas que têm vínculo direto com organizações populares significa, dentre outras instâncias, democratizar acessos à informação e assim propiciar meios de alinhar os objetivos dos moradores com a promoção de direitos, a formação da territorialidade e a potencialização da sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, I.; ZUBE, E. **Public Places and Spaces**. 1. ed. Nova Iorque. Ed. Springer US. 1989.
- AYOUB, T. **Conjuntos habitacionais e espaços livres: correlações sócio-espaciais e orientações projetuais**. 164f. Dissertação de Mestrado em Metodologia de Projeto, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual de Maringá; Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.
- BRASIL. LEI Nº 6.766. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências**. Brasília-DF 19 de Dez. de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L6766compilado.htm.> Acesso em: 1 Abr. 2019.
- BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** São Paulo. Ed. Autonomia Literária. 2014.
- EDNEY, J.; **Property, Possession and Permanence: A Field Study in Human Territoriality**. Journal of Applied Social Psychology, p. 275-282. 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes. 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1986.
- GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011.
- GIFFORD, R.; **Environmental Psychology: principles and practice**. 5. ed. Ed. Optimal Books. 2013
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

LYMAN, S.; SCOTT M. **Social Problems**. 2 ed., p. 236–249. Oxford: Ed. Oxford University Press. 1967.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London, UK: Pion Ltd, 1970.

SIGON. 2019. **Sistema de Informação Geográfica de Londrina**. Disponível em: <http://siglon.londrina.pr.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=825051b5b90e40739752ef474b8b67a5>. Acesso em: 7 de Mar de 2019.

VICENTIM, T.; **Análise do Comércio e Serviço nos Empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: Estudo de Caso do Residencial Vista Bela – Londrina-PR. 2015. 152f. Dissertação do Mestrado em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Tecnologia e Urbanismo – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.